

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Ata de Reunião

5ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração - Empresa Mineira de Comunicação

Aos 26 dias do mês de fevereiro do ano de 2021, às 10 horas, com a participação dos membros de maneira remota, em função da pandemia da Covid 19, realizou-se a 5ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração da Empresa Mineira de Comunicação - (Consad-EMC), sob a presidência de Eleonora Cruz Santos e com o comparecimento virtual dos conselheiros Lina Patrícia Rocha Laredo, Mozahir Salomão Bruck e Maristela Rangel. Foram registradas adicionalmente as presenças, por videoconferência, do Presidente da Empresa Mineira de Comunicação (EMC), Sérgio Rodrigo Reis Rodrigo Reis e da Diretora-Geral da Empresa Mineira de Comunicação, Kátia Carneiro, além da secretária da presidência, Laís de Sales Coelho e de Simone Pio Viana, chefe da Assessoria de comunicação da Empresa Mineira de Comunicação.

A presidente do Consad-EMC, Eleonora Cruz Santos, abriu a reunião apresentando as pautas: 1) apresentação do Plano de Cargos e Salários da EMC; 2) apresentação da proposta da Lei de Carreira dos servidores da Rede Minas; 3) apresentação dos resultados do Plano de Desligamento Voluntário da Rádio Inconfidência e seus impactos; 4) a vacância no Conselho de Administração da EMC; 5) apresentação da grade de programação da Rede Minas atualizada; 6) o planejamento das ações da EMC; e, 7) assuntos gerais.

O presidente da Empresa Mineira de Comunicação, Sérgio Rodrigo Reis, pediu a inclusão, entre os assuntos gerais, do pedido de desligamento de Walter Vasconcelos, por questões pessoais, da Diretoria de Captação, Projetos e Parcerias da Empresa Mineira de Comunicação. Sérgio Rodrigo Reis disse que houve um esforço do secretário de Cultura e Turismo para que o cargo não ficasse vago, e isso não prejudicasse o andamento dos vários projetos já encaminhados na pasta, e que traria o novo nome indicado para apreciação do Consad-EMC.

A diretora-geral da EMC, Kátia Carneiro, fez a apresentação do primeiro item da pauta, o Plano de Cargos e Salários da EMC. Ela lembrou o histórico da construção do Plano e a tramitação dentro do Governo do Estado de Minas Gerais.

A diretora-geral da EMC, Kátia Carneiro, explica que a discussão com relação ao Plano de Cargos e Salários da Empresa Mineira de Comunicação se iniciou com a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag); depois foi formado um grupo de trabalho em que a Secretaria de Estado da Fazenda também participou e, por uma decisão bem recente o Governo, esse assunto ficou somente com a Secretaria de Estado da Fazenda, que tem a competência dentro da Superintendência de Governança das Estatais de conduzir esse assunto. Isso, então, foi redirecionado para a Secretaria de Estado da Fazenda, onde o assunto tem sido tratado. Foi apresentado à citada Secretaria o organograma atual, em funcionamento da EMC, com suas unidades formais e informais e, por meio de uma nota técnica da Secretaria de Estado da Fazenda, houve análise do pleito, já que estamos com dois cargos vagos, carentes de nomeação na estrutura formal: a gerência de produção, da nossa área de programação, e outro da assessoria de comunicação. Por meio dessa nota técnica da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag), foi concluído pela incoerência de impacto financeiro na implantação dos cargos eletivos em comissão, considerada a economia que será lograda com o desligamento dos empregados que aderiram ao PDV. Kátia

Carneiro explica que a memória de cálculo dessa nota técnica está registrada, mostrando que há uma economia final de 265 mil e 106 reais permitindo, assim, a implantação desse organograma; e, é esse organograma que será apresentado, para que todos os Conselheiros que participam da administração, possam conhecer.

A diretora-geral Kátia Carneiro informa, ainda, que no desenho do organograma, na parte superior do desenho, constam as unidades colegiadas na cor laranja, completa informando que a estrutura formal está na cor amarela, a estrutura informal das gerências, em azul e a estrutura informal das supervisões, em verde. Kátia Carneiro explica que nas unidades colegiadas estão o Conselho de Administração, o Conselho Curador e o Conselho Fiscal. Kátia Carneiro informa aos representantes do Conselho Administrativo, de que o Conselho Fiscal foi nomeado, que haverá reunião na próxima semana para posse dos Conselheiros. Que essa nomeação foi uma das demandas do Conselho de Administração, e já estão nomeados e serão empossados, para que comecem efetivamente suas atividades e competências.

Kátia Carneiro então apresentou o desenho do organograma da EMC, e apresentou o número de colaboradores que compõem a estrutura total, que terá 176 pessoas em atividade.

A conselheira Lina Patrícia Rocha Laredo interveio para saber se no organograma foi respeitada decisão do Conselho, em março de 2020, que aprovou a garantia da ocupação de pelo menos 50 por cento dos cargos de gerentes e supervisão por funcionários efetivos, e se esse número está garantido no organograma. Lina Patrícia Rocha Laredo também questiona se são efetivos das duas emissoras, Rádio Inconfidência e Rede Minas.

Kátia Carneiro alega que não tem a informação, naquele momento, se são 50% de cada entidade, e pergunta se é assim que está registrado na mencionada ata. Lina Patrícia Rocha Laredo explica que gostaria de confirmar se são 50% de gerentes e supervisores efetivos, e quem são gerentes da rádio e quem são da TV. Eleonora Cruz Santos pede a Lina Patrícia Rocha Laredo que explicite melhor o seu ponto, e pede a que explique onde gostaria de chegar com a dúvida. Lina Patrícia Rocha Laredo responde que, como o Conselho aprovou, em ata de março, quantitativo de 50% de efetivos, garantindo a característica de Empresa Pública, a conselheira quer saber se esse pedido foi atendido no organograma, e mesma gostaria de saber como foram distribuídos esses cargos.

O presidente da EMC, Sérgio Rodrigo Reis, complementa a informação, e respondendo à pergunta da Lina Patrícia Rocha Laredo diz que desde a sua chegada todo esforço tem sido empreendido para os cargos sejam ocupados por efetivos, haja visto o caso da Simone Pio, que ocupou o cargo na Assessoria de Imprensa, através de seleção interna, para que funcionários da própria emissora assumam cargos, para que a direção deixe a memória do funcionamento entre os próprios colaboradores. Ele reitera que, ao final, a diretora Kátia Carneiro vai passar aí todo esse raio X atual, e todo esforço está sendo empreendido para que seja superado os 50 por cento pactuados.

A diretora Kátia Carneiro indaga à Eleonora Cruz Santos, se essa questão levantada de ocupação dos cargos impede a validação do organograma naquele momento.

Eleonora Cruz Santos pede novas explicações ao ponto de Lina Patrícia Rocha Laredo. A conselheira novamente explica que ao pedir em ata, a garantia desse quantitativo de 50% de efetivos em cargos de chefia, a pergunta é se essa decisão do Conselho está sendo respeitada em ata. Eleonora Cruz Santos explica que a decisão foi colocada na primeira reunião, quando Sérgio Rodrigo Reis não era presidente, mas que a decisão foi reforçada numa primeira reunião com ele.

Sérgio Rodrigo Reis pede a palavra, e explica que essas são questões diferentes, e informa à diretora Kátia Carneiro que para manter a operação tanto da rádio e da TV já tem colaboradores, e reforça que seu compromisso é que esses cargos, na medida do possível, sejam ocupados por colaboradores da própria Instituição. O presidente Sérgio Rodrigo Reis reforça que, às vezes, não conseguem a expertise necessária entre os próprios colaboradores. Que essa é uma construção a perseguir. Eleonora Cruz Santos reitera que o

ponto da Lina Patrícia Rocha Laredo está mais claro, e reforça ao presidente Sérgio Rodrigo Reis que os pontos se misturam na garantia dos efetivos nos cargos de gerência e supervisão. Encerrando a questão, Eleonora Cruz Santos reforça que em alguns casos não tem efetivos, como os de assessoria da presidência, mas que em sua grande maioria tem prevalência de cargos efetivos em relação aos de recrutamento amplo.

A diretora-geral da EMC, Kátia Carneiro, terminou a exposição e submeteu o item 1 da pauta à aprovação dos conselheiros. Todos os conselheiros aprovaram.

A diretora-geral da EMC, Kátia Carneiro, apresentou então o Plano de Cargos e Salários da EMC, as diretrizes com relação às carreiras e a progressão dessas carreiras.

Eleonora Cruz Santos lembra que na verdade o Conselho vai tratar de 3 pautas, nesse ítem: a diminuição no número de carreiras, a terceirização de algumas e a geração de impacto financeiro, prerrogativa da Secretaria de Estado de Fazenda.

Kátia Carneiro destacou que colocou a referência dessas diretrizes, que foi o ofício remetido pela Secretaria de Estado da Fazenda, oficializadas em razão do percentual que o estado de Minas Gerais apresenta hoje com relação à despesa de pessoal que já ultrapassou o limite prudencial de 49% e já está em 53,93%. Em razão disso, não pode haver nenhum incremento de despesa com pessoal. A diminuição no número de carreiras e a aglutinação de alguns cargos, a terceirização de algumas atividades e geração de impacto zero financeiro, mantendo o saldo de despesa de folha de pessoal tendo como base janeiro de 2021. Para alcançar essas diretrizes, o desenho da estrutura salarial está com base em pesquisas de acordo com os padrões remuneratórios compatíveis com o mercado para as novas carreiras da Empresas Mineira de Comunicação que foram definidas com a média salarial para as funções salariais determinadas pelo site Trabalha Brasil para empresa de médio porte enquadrada em receita bruta anual usando como referência o nível pleno para definição de nível e grau iniciais.

A conselheira Lina Patrícia Rocha Laredo Rocha interrompeu a exposição para perguntar se a proposta que estava sendo apresentada era a mesma última proposta que havia sido acordada no grupo de trabalho criado para discutir o assunto, e que havia sido encaminhada para a Secretaria de Estado Planejamento e Gestão (Seplag), grupo esse na qual Lina Patrícia Rocha Laredo Rocha fez parte como representante dos trabalhadores efetivos da Rádio Inconfidência.

A diretora-geral da EMC, Kátia Carneiro, esclareceu que a proposta do grupo de trabalho está disponível no SEI, para que o Consad-EMC possa conhecer o trabalho feito pelo grupo, e que as alterações àquela proposta são essas apresentadas, com base nas diretrizes informadas. Os pontos destacados são aqueles em que a Secretaria de Estado da Fazenda sugere alterações, por isso estão sendo apresentados ao Conselho, sendo disponibilizados, por meio do SEI, ao Conselho todos os documentos relativos ao trabalho do grupo.

E seguiu explicando as alterações propostas, os colaboradores pertencentes às carreiras existentes no Plano de Cargos da Rádio Inconfidência de 2008, sem o status de coordenação, serão enquadrados no nível 1, grau B, automaticamente terão progressão e promoção conforme o novo Plano de Cargos e Salários da EMC. Se houver conflito no valor da tabela e o vencimento recebido, serão enquadrados no nível e grau mais próximos do recebido atualmente.

Lina Patrícia Rocha Laredo questiona como os atuais coordenadores da Rádio Inconfidência serão reenquadrados sendo que não existirão no novo PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS. Kátia Carneiro responde que o PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS não traz esses como nova função de coordenação, e que eles serão enquadrados em seus níveis salariais, no nível médio ou superior, nível 1- grau B. Exemplificou a coordenação de RH, que será analista, no nível e grau. Lina Patrícia Rocha Laredo reforça que, então, serão analistas e a diretora Kátia Carneiro confirma. Sérgio Rodrigo Reis destaca que ninguém pode ter redução de salário.

Kátia Carneiro acrescenta que as carreiras extintas do antigo Planos e Cargos e Salários da Rádio Inconfidência 2008 terão a correção dos Acordos Coletivos de Trabalho das categorias.

Lina Patrícia Rocha Laredo pede que seja esclarecido em ata o motivo da extinção das carreiras, e a garantia da manutenção dos empregos mesmo com a extinção, porque os trabalhadores estão inseguros. Kátia Carneiro explica que as carreiras estão sendo extintas em razão do novo plano da EMC – Empresa Mineira de Comunicação, que está sendo constituído legalmente e não tem como este novo plano caminhar com carreiras anteriores. É uma carreira específica de analista, técnico. Kátia Carneiro reforça que a manutenção das pessoas se dá na migração, não há motivo desse temor. Lina Patrícia Rocha Laredo chama atenção também para o temor pela vacância, já que algumas carreiras serão extintas, Kátia Carneiro diz que haverá aproveitamento da maioria dos colaboradores da rádio Inconfidência em 85% e apenas 15% entrarão em vacância, mas não serão substituídas até aposentar, é uma questão legal.

Lina Patrícia Rocha Laredo reforça que é importante esclarecer em ata que essas pessoas não serão demitidas. Kátia Carneiro reforça que está registrado e gravado e que não precisa haver esse temor.

A conselheira Maristela Rangel esclareceu que vacância não significa extinção de cargo, significa que quando termina o tempo de serviço do servidor não será permitido concurso público para recolocação naquela carreira. Kátia Carneiro explica que não haverá a Progressão de Carreiras porque isso significaria incremento de despesas e é uma das diretrizes da Secretaria do Estado da Fazenda a geração de zero impacto financeiro que é o impeditivo legal da lei de responsabilidade. O conselheiro Mozahir Salomão perguntou se vacância é o termo adequado. A diretora-geral da EMC, Kátia Carneiro, explicou que é um termo jurídico, utilizado nessas situações. A conselheira Lina Patrícia Rocha Laredo perguntou então se os cargos que já existem na Rede Minas e na Rádio Inconfidência estão sendo reorganizados. Kátia Carneiro afirmou que sim, disse que eles estão sendo reorganizados na EMC.

Em seguida, a diretora-geral da EMC, Kátia Carneiro, passou a falar sobre as terceirizações para nível médio, sendo definidas e aprovadas pelos conselheiros as seguintes funções: produtor de moda, cabeleireiro, maquiador, motorista, copeiro e auxiliar de serviços gerais. Adicionalmente, será feita a unificação das carreiras de nível médio de técnico administrativo e técnico comercial, unificação das carreiras de nível superior de analista de gestão de arquivo e arquivista, e de analista de design, aproveitamento da maioria dos colaboradores (85%) e o aproveitamento do saldo financeiro decorrente de desligamento compulsório. A conselheira Lina Patrícia Rocha Laredo perguntou como o saldo financeiro vai ser aproveitado para compensação dos enquadramentos. A diretora-geral da EMC, Kátia Carneiro, disse que essa é a saída técnica encontrada pela Secretaria de Estado da Fazenda para viabilizar o Plano de Cargos e Salários que, se aprovado pelo Consad-EMC, será submetido à aprovação do Cofin.

A conselheira Lina Patrícia Rocha Laredo pede a palavra e pergunta como o saldo financeiro será aproveitado para a compensação dos enquadramentos. A diretora Kátia Carneiro explica que fazendo os enquadramentos, a EMC ficaria ainda com um valor acima do que é estabelecido na despesa mensal, e isso impediria aprovação do Plano de Cargos e Salários, mas com os desligamentos esse valor será compensado para viabilizar o PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS. Lina Patrícia Rocha Laredo reforça a pergunta, se o saldo do desligamento será usado para financiar o Plano de Cargos e Salários. Kátia Carneiro reitera que sim.

A diretora-geral da EMC, Kátia Carneiro, disse que essa é a saída técnica encontrada pela Secretaria de Estado da Fazenda para viabilizar o Plano de Cargos e Salários que, se aprovado pelo Consad-EMC, será submetido à aprovação do Cofin.

A presidente do Consad- EMC, Eleonora Cruz Santos pediu atenção para que a questão da terceirização fosse melhor explicitada. Explica que tiveram uma conversa prévia sobre a questão de terceirização, que precisa ser explicitada e lembra que todos os conselheiros respondem pessoa física por todos os atos tomados pela empresa, esse é o ônus de estar em cargos Conselhos e Cargos Diretivos do

governo, seja em qual esfera for. Então uma vez que estamos aprovando a terceirização de algumas atividades, por exemplo, estamos vulneráveis a processos trabalhistas, e por isso é preciso perguntar que tipos de terceirização o conselho vai aprovar, quais os cargos vai aprovar para terceirização. A conselheira ressalta que é importante estar explícito que não sejam cargos da atividade meio e fim, que seja o copeiro, a faxineira, mas que não seja o contra-regra, por exemplo. Isso tem que estar documentado e explicitado nessa reunião.

Eleonora Cruz Santos alerta que na redação não constam todos os cargos, mas sim “tais como”, não está explícito todos os cargos que serão terceirizados, apenas ilustrando, já que “tais como” são exemplos. Chama atenção para o risco da expressão “nível médio”, que pode ter dois sentidos e precisa ser detalhada, se é nível médio de escolaridade ou nível médio hierárquico. Eleonora Cruz Santos pergunta porque tem que ter corte no nível de escolaridade e reforça que há um risco. Tem que ser explícito, por exemplo, deixar explícito que é terceirização das carreiras específicas de nível médio, porque se coloca nível médio, pode dar a entender que é para todo mundo. Os conselheiros Mozahir Salomão e Lina Patrícia Rocha Laredo Rocha concordaram com as considerações e pediram para se evitar as generalizações na redação.

A presidente do Consad-EMC, Eleonora Cruz Santos, perguntou se a questão da terceirização era uma diretriz de Governo ou poderia ser decidida pelo Consad-EMC, que poderia propor uma alteração nessas diretrizes. A diretora-geral da EMC, Kátia Carneiro, disse que a mudança nas diretrizes não é possível porque já estava pontuada no ofício da Secretaria de Estado da Fazenda. Eleonora Cruz Santos reforça que o ofício expandia o tipo de carreiras a ser terceirizada, e sobre isso, a diretora Kátia Carneiro disse que em relação a redação pode ser alterada no sentido de não haver comprometimento da atividade fim, porque essa é a grande responsabilidade do Consad-EMC, responsabilidade também da administração da EMC.

A presidente do Consad- EMC, Eleonora Cruz Santos, discordou que a questão seja o comprometimento da atividade-fim, e disse que o problema são as questões trabalhistas, e isso não está ligado ao comprometimento da atividade-fim. Eleonora Cruz Santos disse que conselheiros e gestores estão se expondo a eventuais causas trabalhistas de terceirização de pessoas que possam estar exercendo funções que estão ligadas às atividades-fim, e disse que o ponto é o comprometimento de eventuais causas trabalhistas. A conselheira lembra que os processos trabalhistas foram flexibilizados com a reforma trabalhista do Governo Temer, dificultando causas trabalhistas, mas não as impedindo. Eleonora Cruz Santos reforçou que, se um grupo de trabalhadores que foram terceirizados e essa ação é ganha, isso é de grande responsabilidade para conselheiros e gestores.

Eleonora Cruz Santos disse ainda que se preocupa com os cenários e os riscos daí decorrentes, por isso levanta a questão do que tem que ser seguido, do que são diretrizes do Governo, e qual a capacidade de atuação do Conselho, já que os dirigentes e os Conselheiros que são responsabilizados, ao final.

A conselheira Maristela Rangel ponderou que, quando se fala em terceirização, existe toda uma legislação para regular o assunto, mas questionou se isso se aplica à EMC? A diretora-geral da EMC, Kátia Carneiro, explicou que a questão da terceirização, quando ela aparece, ela é sempre polêmica, porque é um receio. Existe legislação específica para isso, O Ministério Público fiscaliza constantemente todos os órgãos ligados ao Estado e a EMC, embora seja de direito privado, é uma organização do Estado, e a aprovação no Consad-EMC traz responsabilidade mas, na sequência da aprovação do Consad-EMC, haverá uma nota técnica da Secretaria de Estado da Fazenda que vai resguardar todos, haverá submissão ao Cofin, para resguardar e haverá um decreto do Governador, tudo isso vai evitar que sejam acionados via de regresso. E concordou que a redação pode ser melhorada para evitar qualquer risco de constar cargos de atividades finalísticas.

A conselheira Lina Patrícia Rocha Laredo Rocha perguntou se a função de operador de transmissão, função que é ligada à área finalística, vai ser terceirizada. A presidente do Consad- EMC, Eleonora Cruz Santos interrompeu a resposta para lembrar que a EMC não tem poder de criar lei, e que o ponto é que existem

diversas súmulas do STJ que não permitem terceirização na atividade finalística e que isso não é trivial em empresas do Estado.

Para exemplificar os riscos, a conselheira Eleonora Cruz Santos explica sua situação em relação a processos trabalhistas da ADTV. Eleonora Cruz Santos destaca que o presidente Sérgio Rodrigo Reis e a diretora geral Kátia Carneiro estão cientes da sua situação. A conselheira conta que foi gestora da ADTV, de maio de 2008 e novembro de 2009, e que ocupava o cargo de gerente-geral e diretora geral interina. Eleonora Cruz Santos informa que recebeu um processo e aponta que há vários processos trabalhistas, onde é uma das citadas. A conselheira ressalta que vai ter que contratar um advogado para se defender, e lembra que a ADTV é uma Oscip criada pelo Governo do Estado de Minas Gerais, e lembra à Kátia Carneiro que o governo cria mas não resolve o problema, já que não tem essa prerrogativa porque é executivo e não legislativo, que tenta viabilizar, que tenta criar da melhor forma possível, mas o ônus recai na ponta, nos dirigentes e conselheiros. Eleonora Cruz Santos destaca que nem no governo conseguiu resposta ainda, e que os conselheiros estão vulneráveis.

Eleonora Cruz Santos reforçou que a redação do documento que está sendo discutido deve ser mudada para “a terceirização das seguintes carreiras”. A conselheira sugere terceirização de carreiras específicas de nível médio escolar, deixando claro porque esse recorte, já que é uma diretriz do governo. Desta forma, a redação final do texto final sugerida pela presidente do Consad: terceirização das seguintes carreiras, do nível médio de escolaridade, sem atuação em atividade finalística.

Para finalizar, a diretora-geral Kátia Carneiro apresenta a redação final, que ficou “Terceirização das seguintes carreiras de nível médio de escolaridades, sem prejuízo das atividades finalísticas: produtor de moda, cabelereiro, maquiador, motorista, copeiro e auxiliar de serviço.”

A conselheira Lina Patrícia Rocha Laredo reforça o cuidado com os operadores de transmissão, da Rádio Inconfidência, que a princípio seriam terceirizados na EMC, mas a diretora-geral Kátia Carneiro afirmou que eles não vão entrar na terceirização, estabelecidos na nova redação que deixa claro o que pode ser terceirizado.

A diretora-geral da EMC, Kátia Carneiro, lembrou que os impactos da nova redação aprovada pelo Consad-EMC serão avaliados pelo governo. E passou para a apresentação da proposta para nova Lei de Carreira dos servidores da Rede Minas. A proposta não teve alteração, mas só avança com a implantação do Plano de Cargos e Salários da EMC. Kátia Carneiro explica que a Lei de Carreira de Servidores da Rede Minas deve passar pela ALMG – Assembleia Legislativa de Minas Gerais, e que ela altera a redação da carreira, transformando-os em analistas e técnicos multiplataformas, e podendo ser cedidos para qualquer administração pública estadual, mas não tem forma legal, só por concurso pode-se mudar de carreira. Kátia Carneiro afirma que a progressão é mantido e que, ,aprovado o Plano de Cargos e Salários da EMC esses servidores são reposicionados, mantendo sua progressão.

A diretora-geral da EMC, Kátia Carneiro, lembrou que os impactos da nova redação aprovada pelo Consad-EMC serão avaliados pelo governo. E passou para a apresentação da proposta para nova Lei de Carreira dos servidores da Rede Minas. A proposta não teve alteração, mas só avança com a implantação do Plano de Cargos e Salários da EMC. É um Projeto de Lei e precisa passar pela Assembleia Legislativa de Minas, situação em que haverá reposicionamento na carreira. Kátia Carneiro continuou a apresentação mostrando os resultados do Programa de Demissão Voluntária (PDV) da Rádio Inconfidência. Foram 09 adesões, 5% a mais do que acordado com a Secretaria de Estado da Fazenda.

A presidente do Consad- EMC, Eleonora Cruz Santos, falou então sobre o pedido do conselheiro Mozahir Salomão para se desligar do Consad-EMC. O conselheiro Mozahir Salomão falou que está em um momento

de intensificação de atividades profissionais, e acredita que existam pessoas que possam contribuir melhor com questões de gestão, que faz mais sentido a participação dele no Conselho Curador da Rede Minas, instância em que poderá ter uma contribuição mais efetiva. Mozahir disse que entende que o Consad-EMC está em um início de caminho, juntamente com a formação da EMC, e que o Consad-EMC deve dar condições para que a Rádio Inconfidência e a Rede Minas possam expandir as suas potencialidades enquanto emissora públicas e agradeceu a oportunidade de ter participado. Em seguida todos se pronunciaram.

A presidente do Consad- EMC, Eleonora Cruz Santos, falou então sobre o pedido do conselheiro Mozahir Salomão para se desligar do Consad-EMC. O conselheiro Mozahir Salomão falou que está em um momento de intensificação de atividades profissionais, e acredita que existam pessoas que possam contribuir melhor com questões de gestão, que faz mais sentido a participação dele no Conselho Curador da Rede Minas, instância em que poderá ter uma contribuição mais efetiva. Mozahir disse que entende que o Consad-EMC está em um início de caminho, juntamente com a formação da EMC, e que o Consad-EMC deve dar condições para que a Rádio Inconfidência e a Rede Minas possam expandir as suas potencialidades enquanto emissora públicas e agradeceu a oportunidade de ter participado. Em seguida todos se pronunciaram.

O presidente da EMC, Sérgio Rodrigo Reis Rodrigo Reis, agradeceu a contribuição do Mozahir. A conselheira Lina Patrícia Rocha Laredo Rocha disse que ficou triste, lembrou que começou a gostar de rádio por causa das aulas de Mozahir, lembrou que ele sempre foi muito elegante, acha que vai fazer muita falta, desejou boa sorte e agradeceu. A conselheira Maristela Rangel desejou sorte e lembrou que ele sai mas não sai, será sempre uma fonte de referência, agradeceu o saber dele. A diretora-geral Kátia Carneiro disse que conhece o currículo dele, que gostaria de ter tido mais tempo de convivência e lembrou que a EMC está de portas abertas. A presidente do Consad- EMC falou que sentirá falta das conversas, dos alinhamentos.

Em seguida a diretora-geral da EMC, Kátia Carneiro, apresentou a composição da grade de programação da Rede Minas. A presidente do Consad-EMC, Eleonora Cruz Santos Cruz Santos, disse que só 25% da grade é de produção própria da Rede Minas, que isso é um custo alto para o Estado, a defesa é a questão pública mas que os funcionários precisam ter essa dimensão, melhorar e aumentar a produção. A conselheira Lina Patrícia Rocha Laredo Rocha pediu que a grade da Rádio Inconfidência fosse apresentada em outras reuniões.

A diretora-geral da EMC, Kátia Carneiro, falou sobre o planejamento das ações da Empresa Mineira de Comunicação para 2021. O presidente da EMC, Sérgio Rodrigo Reis, falou sobre a interiorização, captação tecnológica, verbas e investimentos. Ele também apresentou o nome do profissional que vai substituir o Walter Vasconcelos na Diretoria de Captação, Projetos e Parcerias da EMC. Será Fábio Caldeira de Castro Silva, advogado, professor e consultor, mostrou o currículo dele e falou da capacidade profissional. A indicação foi aprovada pelo Consad-EMC. Sérgio Rodrigo Reis pediu também uma reunião extraordinária para discussão sobre a atuação e composição do Consad-EMC e outras questões. E convidou todos os conselheiros para a reunião de oficialização da assinatura do Termo de Parceria entre a EMC e a Fundação João Pinheiro para a execução do Planejamento Estratégico da EMC.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada por todos os membros.

<p style="text-align: center;">Eleonora Cruz Santos Presidente do Conselho de Administração da EMC e Representante do Cotista Minoritário (Fundação João Pinheiro)</p>	<p style="text-align: center;">Lina Patrícia Rocha Laredo Conselheira Representante dos Empregados da Empresa Mineira de Comunicação</p>
<p style="text-align: center;">Maristela Rangel Pinto Conselheira Representante do Cotista Majoritário</p>	<p style="text-align: center;">Mozahir Salomão Bruck</p>

(Governo de Estado de Minas Gerais)	Conselheiro Representante do Cotista Majoritário (Governo de Estado de Minas Gerais)
Sérgio Rodrigo Reis Presidente da Empresa Mineira de Comunicação	Kátia Carneiro Diretora-Geral da Empresa Mineira de Comunicação



Documento assinado eletronicamente por **Maristela Rangel Pinto, Chefe de Gabinete**, em 18/03/2021, às 10:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sérgio Rodrigo Reis, Presidente**, em 18/03/2021, às 13:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Katia Marília Silveira Carneiro, Diretora-Geral**, em 18/03/2021, às 15:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eleonora Cruz Santos, Diretor(a)**, em 18/03/2021, às 16:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lina Patrícia Rocha Laredo, Servidora Pública**, em 19/03/2021, às 13:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **MOZAHIR SALOMÃO BRUCK, Conselheiro**, em 19/03/2021, às 13:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **26944682** e o código CRC **1343B507**.

Referência: Processo nº 3150.01.0000047/2020-93

SEI nº 26944682